

Título do artigo: OPERACIONALIZANDO OS CONCEITOS SENIANOS: O
MICROCRÉDITO EM CONSTANTINA /RS

Autora: Daniela Dias Kühn

Área: III

Sub-área: Economia Política do Desenvolvimento

Instituição: Universidade Federal do Rio Grande do Sul/Programa de Pós-
Graduação em Desenvolvimento Rural

E-mail: danieladk@bol.com.br

Endereço: Rua Nove de Março, 221/ap. 201

Telefone: (51) 3344-7427

OPERACIONALIZANDO OS CONCEITOS SENIANOS: O MICROCRÉDITO EM CONSTANTINA /RS

Kühn, Daniela Dias¹

RESUMO: Este trabalho analisa um instrumento que pode ser utilizado para a promoção do processo de desenvolvimento rural: o microcrédito. O microcrédito é caracterizado aqui como uma pequena quantidade de recursos monetários com acesso desburocratizado. Para analisá-lo com um instrumento de desenvolvimento, foi utilizada a abordagem seniana das capacitações. Esta pesquisa analisa três tipos de microcrédito oferecidos à agricultura familiar no município de Constantina/RS: o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar tipo C (Pronaf C); o microcrédito operacionalizado no Sistema de Crédito Cooperativo (SICREDI) e o Microsol, microcrédito operacionalizado no Sistema de Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária (Sistema Cresol). Além disso, o Pronaf será analisado associado a recursos do programa estatal de alívio a pobreza, o RS Rural.

Palavras - chave: Desenvolvimento rural; abordagem das capacitações; microcrédito

ABSTRACT: This work analyzes an instrument that can be used for the promotion of a process of rural development: the micro credit. The micro credit is characterized here, as a small amount of monetary resources with no bureaucratic access. To analyze it as a development instrument, Sen's Capability Approach was used. This research analyzes three micro credit types offered for the familiar agriculture in the municipal district of Constantina/RS: the National Program for the Strengthening of Familiar Agriculture type C (Pronaf C); the micro credit implemented through the System of Cooperative Credit (SICREDI) and Microsol, micro credit implemented through the System of Cooperatives of Rural Credit with Solidary Interaction (Cresol System). Besides, Pronaf is analyzed associated to the resources of the state program for poverty alleviation, RS-Rural.

Key-words: Rural development; Sen's Capability Approach; micro credit

INTRODUÇÃO

A tentativa de compreensão dos processos de desenvolvimento que atingem a realidade social, além de estar passando por uma ampla discussão sobre a própria noção de desenvolvimento e por uma discussão da idéia de progresso - que por muito tempo atrelou-se diretamente à noção de desenvolvimento, tem procurado novos indicadores e uma maior abrangência em relação aos aspectos que devem ser considerados. O desenvolvimento, pelo

¹ Economista. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Artigo baseado no trabalho de dissertação da autora.

que atualmente se percebe, precisa escapar à noção de crescimento econômico. Não se trata de desqualificar dados quantitativos, e sim, como já se indicou, de ir bastante além deles. Toda a discussão em torno da percepção ambiental, por exemplo, reforça a importância de considerarmos fatores não-humanos e de interação ecológica como variáveis importantes para a análise de processos de desenvolvimento.

Além da visibilidade dada aos problemas ecológicos, o próprio fracasso social de situações economicamente viáveis tem evidenciado a necessidade de uma nova concepção e de novas formas de percepção e análise dos processos de desenvolvimento. Há bastante tempo, a abordagem das necessidades básicas tem tentado alertar e “solucionar” para os economistas o “problema” da incorporação de variáveis qualitativas às análises econômicas. Entretanto, não se pode negar que o utilitarismo dessas análises e de seus pressupostos, muitas vezes, ao invés de nos aproximar da realidade social, significa uma “invenção teórica” daquilo que deveria ser a realidade.

A necessidade de novas formas de percepção levou ao surgimento de uma pluralidade de abordagens que procuram identificar fatores capazes de fornecer de forma verossímil uma análise sobre os processos de desenvolvimento. Ainda sem uma conceituação definitiva, considera-se, de uma maneira geral, o conceito de desenvolvimento como uma noção atrelada a um processo de melhoria da qualidade de vida dos agentes sociais².

Entre os diversos pesquisadores que se ocuparam de analisar e discutir como será possível avaliar processos de desenvolvimento em sociedades diferentes, este breve artigo preocupa-se em discutir a abordagem das capacitações instituída atualmente no meio acadêmico pelo professor Amartya Sen. Esta concepção procura ir além de relações lineares para perceber porque, algumas vezes, bons índices macroeconômicos não se refletem em uma alta qualidade de vida para os agentes sociais.

Neste trabalho, o objetivo principal é o de apresentar, ainda que rapidamente, os aspectos básicos relacionados à teoria seniana das capacitações, bem como demonstrar os resultados obtidos a partir de uma tentativa de operacionalização desses conceitos para a análise do microcrédito como um instrumento do desenvolvimento rural no município de

² A noção de agente social, aqui, também não vai além daquela de pessoas que fazem parte de uma realidade social qualquer.

Cosntantina/RS. Para isso, além das considerações finais, este artigo é composto por três seções.

A primeira parte do trabalho procura apresentar a concepção seniana de desenvolvimento, bem como as críticas de Sen aos pressupostos econômicos de análise da realidade social. Na seção seguinte, são discutidos o microcrédito como instrumento de desenvolvimento rural e as formas de acesso a esses recursos que estão sendo analisadas em Cosntantina/RS. Ainda nesta segunda seção, é apresentada a forma de operacionalização proposta neste exercício de pesquisa. Por fim, são discutidos os resultados obtidos a partir do método de pesquisa sugerido, que procurou basear-se na abordagem seniana das capacitações.

O trabalho de pesquisa realizado permitiu perceber a viabilidade da utilização do microcrédito como um instrumento para a promoção do processo de desenvolvimento. Além disso, foi possível perceber que formas diferentes de operacionalização deste instrumento têm resultados diferentes em termos de influência do microcrédito nas famílias entrevistadas. Neste sentido, além de tentar operacionalizar uma nova abordagem em relação ao desenvolvimento, o artigo procura chamar atenção para o microcrédito como instrumento importante deste processo. O microcrédito pode ser considerada uma nova forma de financiamento que consegue atingir agentes sociais que estavam até pouco mais de vinte anos sem acesso a recursos monetários, seja no meio urbano ou no meio rural.

Espera-se que o trabalho seja capaz, sobretudo, de despertar o interesse de pesquisadores e estudantes tanto pelo microcrédito quanto pela abordagem das capacitações.

CONCEPÇÃO SENIANA DE DESENVOLVIMENTO

A noção de desenvolvimento econômico foi por muitos autores associada à concepção do crescimento econômico. Deveu-se essa relação a um momento histórico específico, especialmente da sociedade norte-americana (a crise de 1929), em que foi possível perceber a significativa influência do crescimento econômico que levou a uma redução da taxa de desemprego e a um aumento da qualidade de vida das pessoas. Ainda hoje, certamente, não se pode negar a influência do crescimento econômico em países que

possuem potencialidade de crescimento e altas taxas de desemprego. Entretanto, isso não significa limitar o processo de desenvolvimento a esse fator. O processo de desenvolvimento pode incluir o crescimento econômico, mas não se restringir a ele. Não é mais consenso a noção de que o crescimento leva “naturalmente” ao desenvolvimento. Yunus nos alerta que:

“É nesse ponto que crescimento e desenvolvimento se separam. Aqueles que consideram que essas duas palavras são sinônimas ou estão intrinsecamente ligadas acham que as camadas sociais se atrelam umas às outras como os vagões de um trem de ferro. Tudo que é necessário é a locomotiva se mover, assim todos os vagões a seguem na mesma velocidade. Nem de longe é esse o caso. Além de as diferentes camadas não progredirem na mesma velocidade, se não formos cuidadosos elas não tomarão a mesma direção” (2000; p.266).

Na tentativa de identificar processos de desenvolvimento de uma maneira mais ampla, Amartya Sen desenvolveu a abordagem das capacitações. Desse modo, é possível perceber o desenvolvimento como um processo que aumenta a qualidade de vida dos agentes e a satisfação deste agente com sua própria condição de existência.

O autor é um economista indiano que, por sua contribuição na teoria do bem-estar, ganhou o Prêmio Nobel de Economia em 1998. Sua obra têm influenciado de forma definitiva as análises e programas desenvolvidos pela Organização das Nações Unidas e pelo Banco Mundial. Criador do Índice de Desenvolvimento Humano, Sen tem, em alguns momentos de seus escritos, identificado a necessária insuficiência das informações para a tomada de decisão em relação a políticas públicas.

O arcabouço teórico desenvolvido pelo autor procura fugir de algumas simplificações importantes que permeiam a teoria econômica. Em sua análise sobre a teoria econômica, Sen discute a idéia de que não há provas capazes de confirmar que a racionalidade do comportamento humano e a maximização do auto-interesse são os modelos mais bem instrumentalizados para refletir o comportamento humano e que podem não conduzir necessariamente a condições econômicas “ótimas”.

Na construção dessas críticas, o autor redescobre as duas principais vertentes, em termos de concepção das idéias, que originaram a economia: a ética - em especial a concepção da ética política – e a engenharia. Sen identifica em Aristóteles a vertente ética e indica a necessidade do resgate em relação à essa origem da ciência econômica. O pensador

grego em uma de suas obras evidencia a necessidade de dar mais valor a vida em si do que às riquezas que podem ser obtidas.

“A vida empenhada no ganho é uma vida imposta, e evidentemente a riqueza não é o bem que buscamos, sendo ela apenas útil e no interesse de outra coisa” (*Política*, tradução inglesa de Barker, 1958 *apud* SEN, 1999, p.19).

A origem da ciência econômica que remonta à engenharia procura abordar a percepção de questões primordialmente logísticas, baseadas normalmente em motivos simples e de fácil caracterização. Atentando aos manuais disponíveis hoje para estudantes de Ciências Econômicas, não é difícil perceber a predominância desta vertente na teoria econômica atual. A formalização matemática desta vertente e seus pressupostos claramente identificáveis, ainda que muitas vezes acusados de não realistas, predominaram historicamente na tentativa de solução dos problemas econômicos. O, de fato, engenheiro Walras e Petty, pioneiros da economia numérica, conseguiram quase que levar ao extremo as identidades matemáticas na tentativa de previsão para os fatos econômicos.

O aperfeiçoamento das técnicas estatísticas está intimamente ligado a este processo de predominância da vertente da engenharia sobre a vertente ética da ciência econômica. Entretanto, convém salientar que mesmo sendo extremamente abstratas e caracterizando as instituições sociais de forma muito simples, teorias derivadas desta abordagem contribuíram para o entendimento de algumas interações sociais (por exemplo, a teoria do equilíbrio geral, que ilustra os princípios da demanda e da oferta) (SEN, 1999). Segundo o próprio Sen,

“o objetivo aqui não é apenas ressaltar que modelos teóricos muito abstratos podem, não obstante, ter uma importância prática considerável – fato esse que deve ser bastante óbvio. Também se pretende enfatizar que mesmo a caracterização singularmente estreita da motivação humana, abstendo-se de considerações éticas, pode, ainda assim, ser útil para a compreensão da natureza de muitas relações sociais de importância na economia. Portanto, não estou afirmando que a abordagem não ética da economia tem de ser improdutiva. Mas gostaria de mostrar que a economia, como ela emergiu, pode tornar-se mais produtiva se der uma atenção maior e mais explícita às considerações éticas que moldam o comportamento e o juízo humanos. Não é meu intuito descartar o que foi ou está sendo alcançado, e sim, inquestionavelmente, exigir mais” (SEN, 1999, p.25).

Ou seja, é preciso ir além da engenharia, e aperfeiçoar a forma de concepção do mundo que até, então, vem sendo utilizado como modelo nas teorias econômicas. Neste sentido, a discussão recorrente na obra seniana entre fins e meios parece ter origem no

próprio descompasso entre as duas vertentes teóricas que originaram a Ciência Econômica. A influência da vertente da engenharia, em certo sentido, aderente às análises e estudos de crescimento econômico e de transformações produtivas, julgou a humanidade como um meio para a obtenção de riquezas. Se considerarmos a vertente ética, podemos dizer que a engenharia, como vertente da ciência econômica, transformou o fim, o bem da humanidade, em um meio de enriquecimento.

Ao criticar o pressuposto de comportamento racional dos atores sociais, Sen indica que é preciso encontrar comportamentos mais flexíveis, pois “está bem claro que todos nós de fato cometemos erros, com frequência experimentamos, nos confundimos e assim por diante” (SEN, 1999; p.27). Outro problema apresentado pelo autor é que a racionalidade teórica está alicerçada sobre outro pressuposto: o de maximização do auto-interesse. A idéia de que o auto-interesse é o único motivo racional da ação humana acaba por rejeitar o papel da ética na real tomada de decisão, além de descartar uma pluralidade de motivações existentes na sociedade cotidiana³. O sucesso obtido, em certa medida, por esses pressupostos baseia-se muito mais em exercícios teóricos do que na verificação empírica. Pode-se constatar que o auto-interesse não é o único motivador da ação humana. Atos de desumanidade podem não se realizar mesmo que possam ser consideradas situações teóricas de “ótimos” econômicos.

O próprio Sen nos indica a necessidade de uma reaproximação da vertente ética da economia, enfatizando a dificuldade deste exercício:

“procurei mostrar que a economia do bem-estar pode ser substancialmente enriquecida atentando-se mais para a ética, e que o estudo da ética também pode beneficiar-se de um contato mais estreito com a economia. Também demonstrei que pode ser vantajoso até mesmo para a economia preditiva e descritiva abrir mais espaço para considerações da economia do bem-estar na determinação do comportamento. Não tentei provar que qualquer um desses exercícios seria particularmente fácil. Eles encerram ambigüidades profundamente arraigadas, e muitos dos problemas são inerentemente complexos. Mas o argumento em favor de aproximar mais a economia da ética não depende da facilidade em consegui-lo. Fundamenta-se, antes, nas recompensas advindas do exercício. Procurei mostrar que as recompensas possivelmente serão imensas” (1999, p. 105 e 106).

³ Além disso, Sen indica, através de uma ilustração, os impasses teóricos da percepção racional baseada unicamente na maximização do auto-interesse: : “Por exemplo, o asno de Buridano, que morreu de fome porque não conseguiu decidir qual dos dois montes de feno à sua frente era superior, poderia ter escolhido racionalmente qualquer um dos dois montes, uma vez que tinha boas razões para escolher *qualquer um* em vez de morrer de fome. Mas ele não tinha razão para escolher um monte *em vez* do outro, e escolher qualquer um deles teria sido, portanto, apenas parcialmente justificado. As decisões públicas racionais precisam conformar-se com essas escolhas parcialmente justificadas” (1999; p.83) (grifos de Sen).

Sendo assim, contestando muitos dos alicerces da teoria econômica ainda hegemônica no meio acadêmico, Sen propõe a noção de desenvolvimento a partir da percepção das liberdades constitutivas para a expansão das capacidades dos agentes sociais em relação aos aspectos que os próprios agentes tem razão para valorizar.

Um dos aspectos cruciais da teoria seniana é que tenta superar a racionalidade do comportamento maximizador é o desenvolvimento da noção de “agência humana” [*human agency*]. A condição de possibilidade para a realização da “agência” é um valor indispensável para o conhecimento dos processos de desenvolvimento. A “agência” evidencia a possibilidade de atuação do agente para a melhoria da qualidade de vida que ele tem razão para valorizar. É através da “agência” que o agente social tem possibilidade de conhecer e valorizar as opções em relação à vida que gostaria de levar, bem como identificar meios de “conseguir” essa opção de vida.

Percebe-se assim, a importância da noção da participação para a construção do processo de desenvolvimento na teoria seniana. As opções valorizadas pelos agentes podem ou não ser realizadas por eles. Uma pessoa pode, por exemplo, valorizar a independência de seu país ou a extinção da fome de determinada região. Desta forma, alcançados esses objetivos ela elevaria seu grau de satisfação e, portanto sua avaliação em relação à sua própria vida o que poderia não alterar suas condições materiais de renda e sobrevivência. Além disso, essa pessoa pode ter participado efetivamente para esse processo, ou seja, pode ter efetivamente realizado a sua condição de agente, ou pode simplesmente ter assistido à realização do objetivo por outras pessoas. Mesmo que nos dois casos, o objetivo de melhoria na condição de vida tenha sido alcançado, aquela pessoa que realizou sua condição de agente tende a ter um sentido diferente de valorização daquele ato, que o faz mais satisfeito com a própria vida.

Muito da crítica feita à teoria seniana de análise do processo de desenvolvimento indica que não é possível perceber o desenvolvimento a partir dos desejos e daquilo que as pessoas valorizam, visto que há uma diversidade sócio-cultural bastante grande. Entretanto, mesmo sem indicar nessa obra a solução para o dilema de “avaliar” aquilo que é valorizado, o próprio Sen (1999) alerta que:

“... atribuir importância ao aspecto da condição de agente de cada pessoa não implica aceitar tudo o que a pessoa preza como sendo valioso incondicionalmente e tão intensamente quanto isso é valorizado pela pessoa. Respeitar o aspecto da condição de agente indica a adequação de ir além do bem-estar da pessoa, chegando a suas valorações, comprometimentos etc., mas a necessidade de avaliar essas valorações, comprometimentos etc. não é eliminada pela mera aceitação dessa adequação. Pode-se dar importância à condição de agente (não só instrumentalmente para a busca do bem-estar, mas também intrinsecamente), mas isso ainda deixa em aberto a questão de como a condição de agente deve ser avaliada e aquilatada” (p. 58).

A importância da “agência” na teoria seniana de desenvolvimento é percebida a partir da própria noção de desenvolvimento que o autor utiliza na sua teoria: “desenvolvimento é a eliminação de privações de liberdade que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercer ponderadamente sua condição de agente” (SEN, 2000; p.10). A liberdade de escolha para o exercício da “agência” é o aspecto central do desenvolvimento seniano.

Nesse sentido, percebe-se uma concepção de desenvolvimento baseada na forma de vida que a pessoa tem e se ela teve ou não opção de levar a vida que leva. Para além de informações objetivas, Sen indica a necessidade de perceber a avaliação que o agente tem de sua própria condição. É preciso identificar se a pessoa valoriza sua vida e as opções que tem (ou ainda, se valoriza as opções que não pode ter ou se desconhece as opções disponíveis a outras pessoas). Diversos tipos de privações, encontradas tanto nos países ricos como nos países pobres, passam agora a incorporar uma noção de desenvolvimento que vai além da percepção da renda monetária. É preciso perceber se, além das condições materiais de vida, as pessoas têm acesso a oportunidades que permitem que elas possam melhorar sua qualidade de vida.

A partir do conjunto de oportunidades, que incluem o acesso a bens e serviços, seria possível analisar o processo de desenvolvimento nos ambientes sociais. Ou seja, quanto maior a extensão dessas oportunidades, maior a liberdade da pessoa realizar sua “agência” e então melhorar sua qualidade de vida, de acordo com os aspectos valorizados.

Na tentativa de analisar esses processos, o autor indica a ideia de que é possível avaliar a liberdade das pessoas através da realização de funcionamentos [*functionings*]. A noção de funcionamento é a “mais primitiva” dentro da abordagem das capacidades (SEN, 2001, p. 236). A partir dela são elaborados os demais conceitos dessa abordagem teórica.

Os funcionamentos referem-se a estados de existência [*beings*] ou a atividades [*doings*] que podem ser realizados pelos agentes.

As capacitações, através da realização ou não dos funcionamentos, “refletem as liberdades substantivas. É o termo seniano que abrange ‘oportunidade’” (SEN, 2001, p.234). A realização dos funcionamentos pela pessoa indica sua capacitação [*a person's capability*]. “A capacidade de uma pessoa para realizar um funcionamento que ela tem razão de valorizar fornece a abordagem geral à avaliação dos ordenamentos sociais, e isto produz uma maneira singular de ver avaliação da igualdade e da desigualdade” (SEN, 2001, p. 34). Quando se trata de analisar desigualdades e processos diferenciados, o problema essencial no plano teórico é identificar um núcleo básico de necessidades comuns que podem ser vistas como funcionamentos.

A discussão sobre igualdade e desigualdade em Sen, indica que são as capacitações que devem ser igualadas. Dessa forma, as pessoas devem ter a liberdade de escolha entre pacotes alternativos de funcionamentos⁴. As capacitações são poderes, possibilidades para fazer ou deixar de fazer. Através da capacitação de uma pessoa ela tem mais ou menos condições para buscar seus objetivos.

Surge, entretanto, um problema de difícil solução para a comparação das capacitações de uma maneira geral, devido à heterogeneidade do ser humano. Ou seja, as capacitações estão certamente ligadas a características que nem sempre podem ser comparadas (por exemplo, a capacitação para falar em público com desenvoltura).

Sendo assim, Sen (2001) indica que:

“Nos termos da posição delineada e defendida neste trabalho, um modo mais adequado de apreciar a igualdade ‘real’ de oportunidades deve ser por intermédio da igualdade de capacitações (ou de eliminação das desigualdades claras nas capacitações, pois as comparações de capacitações são caracteristicamente incompletas) (p.37)”.

⁴ “..., a liberdade de uma pessoa pode ser considerada valiosa em adição às realizações dela mesma. As opções e oportunidades de um indivíduo podem ser julgadas importantes em uma avaliação normativa em adição àquilo que ele acaba realizando ou assegurando. A liberdade pode ser valorizada não meramente porque auxilia a realização mas também em razão de sua própria importância, extrapolando o valor do resultado realmente alcançado. Se, por exemplo, todas as alternativas além daquela verdadeiramente escolhida fossem eliminadas, isso não afetaria a realização (uma vez que a alternativa escolhida ainda pode ser escolhida), mas a pessoa claramente tem menos liberdade e isso pode ser considerado uma perda de certa importância”(SEN, 1999, p. 76).

É através dessas duas concepções teóricas fundamentais – funcionamentos e capacitações - que a abordagem seniana procura identificar e perceber o processo de desenvolvimento. Esse arcabouço teórico pretende ter “vínculos estreitos” com a avaliação da pobreza (SEN, 2001). Ela é encarada então como a privação de alguma satisfação mínima de capacitações elementares e é percebida como composta por aspectos relativos e absolutos. Tanto em países ricos como em países pobres é possível perceber a natureza da pobreza através dessa abordagem⁵.

Para a operacionalização e a possível comparação, é preciso identificar um núcleo básico de funcionamentos que está relacionado à escolha de uma variável focal. A variável focal “é aquela que a análise focaliza ao comparar pessoas diferentes” (SEN, 2001, p. 30). Ela pode, é claro, apresentar pluralidade interna. Ou seja, ela apresenta as características que diferenciam os agentes e permite a comparação. As análises de uma mesma situação podem ter escalas diferentes quando avaliadas por diferentes variáveis focais.

Esta proposta de análise valoriza a diversidade de vivência em sociedade. Questões relacionadas a gênero, por exemplo, devem ser salientadas, pois segundo o autor,

“em muitas sociedades, as relações familiares tradicionais têm exigido sacrifícios assimétricos de alguns membros da família, como por exemplo das mulheres. A sobrevivência dessas tradições frequentemente foi favorecida pela aceitação de um tipo específico de ‘ética’ no qual desigualdades gritantes no modo de vida podem não parecer inaceitáveis e, às vezes, podem não ser efetivamente reconhecidas e expostas a avaliação e aceitação. A questão da percepção é crucial para a compreensão das desigualdades entre os sexos nas sociedades tradicionais, e um desafio ético às moralidades tradicionais requer argumentos cognitivos” (SEN, 1999, p.36)

Utilizando a noção de funcionamentos é possível perceber uma multiplicidade de fatores que podem ser considerados eticamente valiosos. Dessa forma, o entendimento em relação à situação vivida efetivamente ultrapassa bastante a limitação representada pela análise de faixas de renda e de consumo. Considerar a “agência humana” significa perceber a satisfação dos agentes em relação à vida que levam e às possibilidades de mudança de determinadas situações. É preciso ter em mente que esse tipo de análise seria “embaraçosa”

⁵ “A persistência da pobreza em países que são afluentes [EUA e alguns da Europa] é um fenômeno intrigante que começa a ganhar cuidadosa atenção nos debates contemporâneos. A compreensão e atenuação deste problema podem ser ambas ajudadas pela consideração explícita da relação entre as privações em diferentes espaços. Especialmente entre rendas e a capacidade para levar vidas seguras e recompensadoras” (SEN, 2001, p. 39).

à metodologia até então utilizada que procura desesperadamente a homogeneidade descritiva como valor indispensável (SEN, 1999).

A análise da liberdade e da possibilidade de realização dos funcionamentos de um conjunto de pessoas não deve, nem pode, ser relacionada à busca pela homogeneidade. Mesmo que a análise gere relações incompletas em algumas situações, ela sempre tenderá a refletir a heterogeneidade das conformações sociais individuais. Segundo o próprio Sen (1999):

“Essa abordagem não requer uma ordenação *completa* em cada caso, e permite a ‘incompletude’ [*incompleteness*] na ordem parcial que resulta da avaliação plural. Quando há congruência das diferentes partes da avaliação plural, um *ranking* global pode ser obtido com base no ‘raciocínio da dominância’, ou seja, ‘x é melhor do que y em todos os aspectos’. A ordenação parcial que se obtém em última análise *incluירá* a relação de dominância mas pode, obviamente, ir muito além” (p.82).

A incompletude da análise desta abordagem teórica tem influenciado de forma acentuada o debate atual sobre as medidas de política social. As necessidades políticas exigem a realização efetiva ainda que todas as informações não estejam organizadas e analisadas de forma racional dentro da condição *coeteris paribus* (ou, por outro lado que nada seja feito até que tudo esteja “organizado” – o destino de quem depende dessas ações poderia, então, ser o mesmo do asno de Buridano). Esse tipo de percepção permite que as decisões públicas possam ser justificadas parcialmente, com percepções mais próximas da realidade social.

Ainda que possa representar uma nova forma de analisar os processos de desenvolvimento e possibilitar algum tipo de comparação entre esses processos, a abordagem seniana das capacitações enfrenta diversas críticas. Sen é acusado de calar aqueles que poderiam ser considerados “alienados” (no sentido marxista dessa percepção) em relação à forma de vida que levam e de não conseguir adaptar seu próprio arcabouço teórico à realidade globalizada do mundo atual⁶. Mesmo entre aqueles autores que acreditam nesta abordagem como um instrumento de interpretação do desenvolvimento, ainda há dúvidas em relação ao esclarecimento de diversos conceitos⁷.

⁶ Ver Jensen (2000).

⁷ Ver Gasper (2001).

Além da discussão teórica, autores têm tentado sugerir propostas para uma operacionalização da abordagem seniana. A próxima seção apresenta um exercício de pesquisa baseado no aporte teórico seniano das capacitações.

TENTATIVA DE OPERACIONALIZAÇÃO: MICROCRÉDITO COMO INSTRUMENTO DE DESENVOLVIMENTO

O exercício realizado durante esta pesquisa procurou identificar, através da abordagem das capacitações, o microcrédito como um instrumento de desenvolvimento para as famílias de produtores rurais em Constantina/RS. Durante muito tempo excluídos do acesso ao crédito formal, os agricultores familiares têm no microcrédito a oportunidade de acessar a recursos monetários e, em alguns casos, a serviços financeiros.

A definição de microcrédito neste trabalho é o de acesso a um volume relativamente pequeno recursos monetários (em relação ao crédito formal⁸) de forma desburocratizada. O acesso aos recursos fornecidos através do microcrédito pode ser capaz de permitir a realização de novos funcionamentos, suprimindo fatores que poderiam representar um limite para a expansão das capacitações, ou seja, o fator de retenção das capacitações. “Não dispor de recursos limita não só as alternativas de meios que de fato se tem e de objetivos que deles dependem, como também os próprios objetivos e preferências que se formam durante a vida” (SEN, 2001, p. 13). Além de representar o acesso direto e efetivo a recursos monetários, a literatura apresenta o microcrédito como um “facilitador” no que se refere a outros aspectos em relação à sobrevivência e à vida social dos agentes, expandindo dessa forma outras capacitações não relacionadas diretamente, por exemplo, às facilidades econômicas. Entre os aspectos que podem ser favorecidos através da organização social para o acesso ao microcrédito é possível destacar: flexibilização para a aplicação dos recursos manejados pelas famílias segundo sua lógica de sobrevivência; promoção de oportunidades de ocupação da mão-de-obra e de acesso à educação, inclusive em relação à qualificação profissional; promoção e exigência da participação do usuário do microcrédito o que acaba por fortalecer a dinâmica do tecido social local; auxílio na geração de

⁸ O Censo Agropecuário do IBGE 1995/96 indica que a média geral por informante do censo em relação ao financiamento da atividade de custeio agrícola é de R\$ 12.930,91 e com relação ao financiamento dos investimentos agrícolas a média é de R\$ 14.163,38.

autonomia e seletividade na contratação de serviços; integração de serviços financeiros formais às atividades locais; etc (DESER, 2001, p. 21 e 22).

Foram entrevistadas famílias com acesso a três formas de microcrédito no município de Constantina/RS em quatro combinações: o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar tipo C (custeio e investimento) (Pronaf C) e o Pronaf C em associação com recursos do programa estatal RS Rural; o microcrédito operacionalizado através do Sistema de Crédito Cooperativo (SICREDI) e o Microsol, microcrédito operacionalizado através do Sistema de Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária (Sistema Cresol). Na medida em que a literatura não permite a definição de uma faixa de valor monetário em que o microcrédito está enquadrado (o que evidentemente, devido às diferenças em relação a custo de vida, valor de moeda, etc, não seria muito apropriado), procurou-se por programas de financiamento que, em certa medida, se autodenominasse de microcrédito. Em relação ao Pronaf, pode-se dizer que qualquer um dos grupos de agricultores atendidos com esses financiamentos estão acessando microcrédito, se comparado ao montante de recursos financiados aos produtores com acesso ao sistema bancário tradicional. O grupo C de produtores foi escolhido por, aparentemente, representar o grupo mais heterogêneo de famílias atendidas. Sendo assim, necessário fosse, identificar o montante de recursos a que corresponde o microcrédito neste trabalho, poderíamos enquadrar essa modalidade financiamento na faixa de R\$1,00 a R\$4.000,00 em relação ao montante de recursos acessado pelas famílias. Entretanto, mais uma vez alerta-se que foi esta a opção encontrada neste trabalho e não qualquer parâmetro economicamente estimado e estabelecido.

Constantina é um pequeno município gaúcho ao norte do estado. Além de apresentar as quatro formas de combinações de acesso ao microcrédito que se pretende analisar, é um município que apresenta características associadas à ruralidade e à pobreza: baixa produtividade da mão-de-obra; estabelecimentos rurais pequenos (15,17ha em média) e contratação de financiamentos com valor médio baixo (R\$28,05/ha) (Schneider e Waquil; 2000).

Escolhidos o ambiente empírico a ser analisado e a variável focal em análise – neste caso as quatro combinações de acesso ao microcrédito, para a operacionalização da abordagem das capacitações foram sugeridos quarenta funcionamentos em dez grupos de

capacitações. Para a coleta de informações foram aplicados 36 questionários em propriedades de agricultura familiar no município.

Ao apresentar sua percepção sobre o desenvolvimento como liberdade, Sen apresenta grupos de capacitações por ele denominados de liberdades cruciais: “facilidades econômicas; liberdades políticas; oportunidades sociais; garantias de transparência e segurança protetora” (SEN, 2000; p.11). Teoricamente, a abordagem permite a inclusão de novos grupos de capacitações com o objetivo de perceber o processo de desenvolvimento de acordo com as singularidades de cada situação e da necessidade da percepção de variáveis focais diferentes. Sendo assim, na tentativa de perceber os diversos aspectos que podem estar envolvidos num processo de desenvolvimento no ambiente rural e de verificar a possibilidade de considerar o microcrédito como um instrumento para a promoção deste processo, foram estabelecidos para esta pesquisa cinco grupos de capacitações, além dos sugeridos pelo autor: características da unidade de produção; sobrevivência; relação com o microcrédito; situação ambiental e projetos e planos.

Para cada funcionamento foram estabelecidas condições de realização, realização parcial e não realização. Essas condições estão associadas a códigos numéricos correspondentes a 1; 0,5 e 0 respectivamente. As famílias tiveram suas informações reunidas em matrizes de acordo com o tipo de microcrédito acessado. A matriz referente aos produtores que utilizam exclusivamente o Pronaf C é composta de 12 famílias. As 11 unidades de produção que têm acesso ao Pronaf C (custeio e/ou investimento) e acesso a recursos do RS Rural compõem a segunda matriz. Os questionários que identificaram acesso a recursos de microcrédito através do Sicredi foram reunidos na terceira matriz do grupo. A matriz reúne informações de 06 unidades de produção. O acesso ao Microsol garante a presença das famílias na quarta matriz, independentemente do acesso a outras formas de recursos. Essa matriz agrega as informações referentes a 07 unidades de produção.

A partir daí, foi possível verificar a média associada à realização de cada funcionamento em cada uma das matrizes. A tabela a seguir identifica os grupos de capacitações, os funcionamentos, suas condições de realização e a média associada em cada matriz após a tabulação dos dados.

Tabela 01 Grupos de capacitações, funcionamentos e médias associadas aos funcionamentos em cada matriz

Grupo de Capacitação	Característica	Funcionamento / Palavra - chave	Código numérico associado à condição de realização			Média do funcionamento ⁹			
			1,00	0,50	0,00	M I	M II	M III	M IV
1) Características da unidade de produção Familiar	Caracteriza a unidade de produção e verifica o êxodo na propriedade	F1 – Mão-de-obra	Não há necessidade de contratação de mão-de-obra externa.	Mão-de-obra familiar é insuficiente.	Mão-de-obra contratada supera a mão-de-obra familiar.	0,75	0,82	0,75	0,79
		F2 – Convivência	Filhos do núcleo familiar predominante ¹⁰ ainda residem no estabelecimento rural de produção.	Alguns filhos do núcleo familiar predominante já saíram do estabelecimento rural.	Os filhos não estão mais no estabelecimento rural.	0,67	0,50	0,67	0,71
2) Sobrevivência	Identifica funcionamentos que garantem a manutenção biológica da família	F3 – Alimentação	A alimentação da família é considerada muito boa e sem problemas.	Alimentação da família é considerada regular e/ou tem algum problema.	Alimentação da família é considerada insatisfatória e com problemas.	0,67	0,82	0,83	1,00
		F4 – Subsistência	Apresenta diversidade de produtos para a subsistência igual ou acima da média da amostra ¹¹ .	Apresenta diversidade de produtos abaixo da média da amostra.	Ausência de produção de subsistência.	0,83	0,86	0,67	0,86
		F5 – Água	Acesso à água dentro da residência ¹² .	Acesso à água fora da residência.	A família não tem acesso à água no estabelecimento ¹³ .	1,00	1,00	1,00	1,00
		F6 – Saneamento básico	Acesso à rede pública de esgoto.	Sem acesso a rede pública de esgoto, com tratamento dos resíduos.	Esgoto sem tratamento.	0,42	0,45	0,50	0,43
		F7 – Residência	A residência acomoda sem problemas os membros da família.	-----	A residência apresenta problemas de acomodação.	1,00	0,73	0,83	0,86
3) Liberdades Políticas	Procura perceber as formas de participação política	F8 - Eleições	Todos os membros da família em idade de votação participaram das eleições.	Algum membro da família não teve condições e/ou não quis participar de alguma das eleições.	Não houve participação de ninguém em nenhuma das eleições.	1,00	0,95	0,92	1,00
		F9 – Política geral	Membros da unidade de produção têm participação ativa nas instituições locais.	-----	Membros da família não tem interesse na participação ativa nas instituições locais.	1,00	1,00	0,67	1,00
		F10 – Participação feminina	As mulheres da família têm participação ativa em alguma instituição.	-----	As mulheres da família não têm participação ativa em nenhuma instituição.	0,92	0,73	0,17	0,86

(continua)

⁹ M I – Famílias com acesso apenas ao Pronaf C;

M II – Famílias com acesso ao Pronaf C e a recursos do Programa RS Rural;

M III – Famílias com acesso ao microcrédito no SICREDI;

M IV - Famílias com acesso ao Microsol.

¹⁰ O núcleo familiar predominante é aquele em que há um maior número de membros ligados por laços diretos de 1ª geração (pais e filhos).

¹¹ A média de tipos de produtos produzidos no estabelecimento rural declarado pelos entrevistados foi de 7 produtos.

¹² Residência é entendida aqui como a estrutura de moradia do núcleo familiar predominante.

¹³ Estabelecimento refere-se ao total de área da unidade de produção.

Tabela 01 Continuação

Grupo de Capacitação	Característica	Funcionamento / Palavra - chave	Código numérico associado à condição de realização			Média do funcionamento			
			1,00	0,50	0,00	M I	M II	M III	M IV
4) Facilidades Econômicas	Associado às oportunidades de utilizar recursos econômicos	F11 – Sust. Produção	O custo dos insumos da produção agropecuária da propriedade não excede o valor da produção comercializada.	-----	O custo dos insumos da produção agropecuária da propriedade excede o valor da produção comercializada.	0,92	0,82	1,00	0,71
		F12 – Sust. Unidade Produtiva	O total das entradas monetárias na unidade de produção é igual ou superior ao custo de manutenção total da unidade produtiva.	-----	O total das entradas monetárias na unidade de produção é inferior ao custo de manutenção total da unidade produtiva.	0,92	0,82	0,67	0,71
		F13 – Comercialização	Acesso a mais de duas formas de comercialização da produção familiar.	Acesso a duas formas de comercialização da produção.	Acesso a apenas uma forma de comercialização.	0,38	0,45	0,58	0,93
		F14 – Bens duráveis questionados	A família tem na residência a maioria dos bens duráveis – de 6 a 8 bens.	A família tem na residência de 4 a 5 dos bens duráveis	A família tem na residência menos de 4 dos bens duráveis	0,79	0,91	1,00	1,00
		F15 – Máquinas e equipam.	A família tem máquinas e equipamentos suficientes para sua atividade produtiva.	A família necessita da utilização de máquinas e equipamentos de terceiros.	A família não tem acesso a máquinas e equipamentos.	0,88	0,91	0,92	0,86
		F16 – Microcrédito	Mais de uma pessoa (s) tem acesso a programas de microcrédito.	Apenas um membro da família tem acesso ao microcrédito.	----- (Fora da amostra)	0,92	0,77	0,83	0,64
5) Relação com o microcrédito	Procura identificar a influência do micro crédito na realização de funcionamentos	F17 – Serv. bancários	A família tem acesso a outras instituições financeiras que não aquelas que operacionalizam o microcrédito.	-----	A família não tem acesso a outras instituições financeiras.	0,58	0,45	0,33	0,57
		F18 – Serv. bancários novos	O acesso ao microcrédito garantiu à família acesso a novos serviços bancários.	-----	O acesso ao microcrédito não garantiu à família acesso a outros serviços bancários.	0,33	0,64	0,17	0,14
		F19 – Novos funcionamentos	Os recursos obtidos através do microcrédito foram utilizados para a realização de funcionamentos.	-----	O acesso ao microcrédito não alterou a possibilidade de expansão das capacitações.	1,00	1,00	1,00	1,00
6) Oportunidades sociais	Identifica as condições e as percepções da família em relação a oportunidades sociais	F20 – Empregos fora	Algum(ns) morador(es) da unidade produtiva tem emprego regular fora da unidade de produção.	-----	Todos os membros da família trabalham na unidade de produção.	0,17	0,00	0,17	0,00
		F21 – Inovação	A família introduziu algum tipo de inovação nos últimos dois anos.	-----	A família não introduziu inovação.	0,67	0,64	0,33	0,43
		F22 – Educação	Membros da família em idade escolar estudam regularmente.	-----	Alguma criança em idade escolar não está estudando.	1,00	1,00	1,00	1,00
		F23 – Saúde	Família tem boa saúde (sem casos de doenças graves no último ano).	Houve caso de doença na família no último ano.	Problemas constantes de saúde.	0,75	0,45	0,83	0,64
		F24 – Percepção saúde	Família com acesso muito bom a serviços de saúde.	Família com acesso satisfatório a serviços de saúde.	Família com acesso insatisfatório a serviços de saúde.	0,63	0,55	0,67	0,50
		F25 – Transporte	Membros da família com acesso a mais de um meio de transporte diário.	Membros da família com acesso a um único meio de transporte diário.	Membros da família sem acesso a transporte diário.	0,83	0,64	0,92	0,93
		F26 – Percepção transporte	Família com acesso muito bom a serviço de transporte.	Família com acesso satisfatório a serviço de transporte.	Família com acesso insatisfatório ao serviço.	0,75	0,41	0,67	0,57
		F27 – Informação	Os membros da família têm possibilidade de acesso a mais de dois dos meios de acessos à informação ¹⁴ .	Os membros da família têm possibilidade de acesso a um ou dois dos meios de acessos à informação.	Os membros da família não têm possibilidade de acesso a nenhum meio de acesso à informação.	0,58	0,73	0,75	0,79
		F28 – Percepção lazer	Família com acesso muito bom ao lazer.	Família com acesso satisfatório a serviço ao lazer.	Família com acesso insatisfatório ao lazer.	0,58	0,64	0,67	0,57

(continua)

¹⁴ As famílias eram questionadas quanto o acesso aos seguintes meios de informação: televisão, rádio, jornais, revistas e possibilidade de acesso a Internet.

Tabela 01 Continuação

Grupo de Capacitação	Característica	Funcionamento / Palavra - chave	Código numérico associado à condição de realização			Média do funcionamento			
			1,00	0,50	0,00	M I	M II	M III	M IV
7) Garantia de transparência	Procura perceber a qualidade das interações sociais	F29 – Instituições	Apresenta relações com um número de instituições locais acima da média da amostra ¹⁵ .	-----	Apresenta relações com um número de instituições locais abaixo da média da amostra.	0,58	0,64	0,83	1,00
		F30 – Confiança local	A família nunca teve problema com instituições locais.	-----	A família já teve problemas com instituições locais.	0,83	0,64	1,00	1,00
8) Segurança protetora	Refere-se a oportunidades existentes no caso da ocorrência de alguma situação de emergência	F31 – Seguro	A família contrata algum tipo de seguro (vida, moradia, produção etc)	-----	Família não contrata nenhum tipo de seguro (vida, moradia, produção etc)	0,67	0,18	0,67	0,29
		F32 – Receber ajuda	A família recebe mais de um tipo de ajuda em caso de necessidade ¹⁶ .	A família recebe pelo menos um tipo de ajuda em caso de necessidade.	A família não tem possibilidade de contar com o recebimento de ajuda em caso de necessidade.	1,00	1,00	1,00	1,00
		F33 – Dar ajuda	A família costuma dar ajuda quando solicitada por indivíduos ou outras famílias.	-----	A família costuma não dar ajuda quando solicitada por indivíduos ou outras famílias.	1,00	1,00	1,00	1,00
9) Situação ambiental	Identifica ações que reduzem ou impedem a degradação ambiental.	F34 – Cuidado ambiental	Durante a produção são realizados cuidados com o meio ambiente.	-----	Durante a produção não são realizados cuidados com o meio ambiente.	1,00	1,00	1,00	1,00
		F35 – Educação ambiental	Algum membro da família teve acesso a eventos que discutiram o problema ambiental (produção, residência, desenvolvimento rural sustentável, etc).	-----	Nenhum membro da família teve acesso a eventos que discutiram o problema ambiental (produção, residência, desenvolvimento rural sustentável, etc).	0,17	0,27	0,50	0,29
		F36 – Separação lixo	Unidade de produção realiza separação do lixo.	-----	Unidade de produção não realiza separação do lixo.	0,17	0,27	0,33	0,29
		F37 – Combate prob. ambient.	Possibilidade de saneamento de problema ambiental percebido na propriedade.	-----	A família não tem condições de solucionar o problema ambiental percebido.	0,00	0,00	0,33	0,14
10) Projetos e Planos	Identifica aspirações e formação de expectativas das famílias.	F38 – Planos e projetos	A família tem planos e projetos para mudanças futuras na forma de viver ou produzir.	-----	A família não tem planos e projetos para mudanças futuras na forma de viver ou produzir.	0,50	0,45	0,83	0,43
		F39 – Permanência jovens	Jovens têm a opção de permanecer na propriedade e querem.	Jovens têm a opção de permanecer na propriedade e não querem.	Jovens não têm condições de permanecer na propriedade.	0,58	0,36	0,50	0,51
		F40 – Novos financiamentos	Há planos de realizar novas operações de microcrédito.	-----	Não há planos de realizar novas operações de microcrédito.	0,75	0,64	0,83	1,00
Questionários aplicados						12	11	06	07

Fonte: Elaborado pela autora. Dados da pesquisa de campo realizada em abril e maio 2003¹⁷.

¹⁵ Em média foram citadas 3 instituições nos questionários.

¹⁶ As famílias eram questionados quanto a receber ajuda: das demais famílias da comunidade, de alguma instituição governamental ou de alguma instituição não-governamental.

¹⁷ Um maior detalhamento sobre os dados apresentados nesta tabela geral pode ser obtido em Kühn (2003).

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

De uma maneira geral, a análise em relação aos funcionamentos e aos grupos de capacitações pode demonstrar a complexidade envolvida na análise de um processo de desenvolvimento rural. As médias gerais, em relação à reunião dos 40 funcionamentos foram, respectivamente para as matrizes I, II, III e IV, as seguintes: 0,70; 0,65; 0,71; 0,71. Entretanto, por exemplo, em relação ao grupo de capacitações relacionado à situação ambiental pode-se perceber mais afinidades qualitativas entre as matrizes II e IV do que entre a III e a IV.

Mesmo que as médias gerais possam não apresentar diferenças significativas entre as matrizes, a análise dos grupos de capacitações permite perceber diferenças qualitativamente importantes mesmo em relação às médias dos códigos associados.

No primeiro grupo de capacitações foi possível verificar que a matriz II apresentou a menor contratação em relação à mão-de-obra externa. Isto significa que as famílias com acesso ao Pronaf associado aos recursos do RS Rural são aquelas que menos contratam, e, portanto, obtiveram a maior média com relação ao código associado (0,82 para o F1) ¹⁸. Por outro lado, é este mesmo conjunto de famílias que apresenta o menor índice associado também quanto à convivência familiar. Ou seja, os filhos das famílias com acesso ao Pronaf associado ao RS Rural apresentam a situação mais crítica quanto ao êxodo. Associado à não-contratação de mão-de-obra externa (que pode ser devido à falta de recursos produtivos), este fator pode indicar um grande esforço de trabalho em relação à família que precisa garantir a manutenção da produção sem o auxílio externo.

Em todas as matrizes, filhos saíram da propriedade familiar para procurar emprego no meio urbano (ou seja, em nenhuma matriz o código associado à realização do F2 atingiu o valor máximo, 1). Entretanto, chamou atenção durante a realização da pesquisa que em algumas famílias com acesso ao Microsol, com maior média em relação ao código associado –“onde os filhos saíram menos”-, algum dos(as) filhos(as) estão sendo preparados, inclusive formalmente, para no futuro responsabilizar-se pela gestão administrativa da propriedade.

¹⁸ É preciso alertar que no breve espaço deste artigo ficaram sem análise diversas relações que podem ser verificadas com detalhamento no referido trabalho. Uma análise com mais informações é encontrada em Kühn (2003)

O segundo grupo de capacitações, chamado neste trabalho de sobrevivência, evidenciou, entre outros aspectos, que as famílias produtoras consideraram uma vantagem significativa, em relação às famílias do ambiente urbano, o fato de produzirem seu próprio alimento. Todas as famílias apresentaram alguma forma de produto de subsistência, assim como acesso à água dentro da propriedade. A situação, entretanto, torna-se mais preocupante quanto ao saneamento básico. O F6 foi o que apresentou a média mais baixa nas quatro matrizes neste grupo de capacitações. A fossa é a forma mais comum de tratamento de resíduos na propriedade, entretanto, alguns produtores não fazem tratamento nenhum com os resíduos das propriedades.

Além da participação nas eleições, as principais formas institucionais de participação política foram através do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, do escritório municipal da EMATER, das instituições religiosas e das cooperativas. Ainda que se possa identificar um ambiente que favorece a participação política institucional, a participação feminina não foi indicada como fator de destaque para a tomada de decisão.

Entre os funcionamentos destacados para analisar as facilidades econômicas, é possível perceber a importância da diversificação das formas de comercialização para a expansão das capacidades da família. As informações referentes às famílias com acesso ao Microsol, que obtiveram a maior média em relação ao código associado, indicam que um instrumento de crédito desburocratizado, capaz de complementar o Pronaf, é de extrema importância neste sentido. O acesso ao Microsol permite que as unidades de produção efetuem o pagamento de dívidas que poderiam significar uma retenção clara de capacitações quanto à liberdade de escolha em relação à comercialização da produção. O outro aspecto que reforça esta ideia é que as famílias com acesso apenas ao Pronaf comumente apresentam uma situação de dependência em relação a intermediários da comunidade que agem como “emprestadores informais”. Durante o ano, a família tem acesso a diversos gêneros alimentícios e de manutenção da residência e na época da colheita precisa entregar parte do produto como pagamento da dívida adquirida ao longo do ano. Assim, a liberdade para comercialização, tanto quanto à venda da produção como quanto à aquisição de outros produtos no mercado, é reduzida. Esta pode ser considerada como uma forma de dependência em relação a preços pagos e cobrados pelos agricultores familiares.

Ao identificar algumas relações entre o microcrédito e serviços bancários e financeiros com a realização dos outros funcionamentos, as famílias com acesso apenas

ao Pronaf e aquelas com acesso ao Pronaf associado a recursos do RS Rural são as que apresentaram a maior média em relação aos códigos associados para o acesso a novos serviços bancários e financeiros através do microcrédito. Ou seja, foi o acesso ao Pronaf, essencialmente, que permitiu a essas famílias acessar serviços bancários. O que ainda se pode lamentar é que algumas dessas famílias incluídas ao sistema bancário, ainda podem ser consideradas, em certo sentido, “incluídas parciais”, pois ainda não tem acesso a alguns serviços financeiros importantes, devido especialmente a restrições de renda (contratação de seguros nos bancos, por exemplo).

O grupo de capacitações referentes às oportunidades sociais indicou que a noção de inovação tecnológica vai além daquela representada pela aquisição de máquinas e equipamentos e pela utilização intensiva de insumos. Muitas famílias indicaram como inovação produtiva desejada o cuidado com o meio ambiente produtivo, especialmente quanto à redução de herbicidas e adubos químicos. As inovações produtivas mais realizadas nas famílias pesquisadas foram introdução da produção orgânica e da produção da soja transgênica. Em relação às condições de educação é preciso enfatizar que não foram encontradas crianças em idade escolar sem acesso à sala de aula.

Em relação às garantias de transparência, constatou-se que as famílias têm acesso a uma diversidade de instituições, conforme já pode ser percebido no grupo que indicava a participação política. Problemas com instituições, sejam burocráticos ou financeiros, não foram comumente evidenciados pelas famílias na pesquisa.

No grupo que procurou verificar a situação das famílias em relação à ocorrência de situações emergenciais, o fator principal quanto a esse aspecto é a solidariedade entre as famílias da comunidade.

Quanto ao grupo de capacitações referente à situação ambiental, todas as famílias apresentaram algum tipo de cuidado com o meio ambiente na realização das práticas produtivas (principalmente, plantio direto e rotação de culturas). O principal problema ambiental da região é a utilização excessiva de agrotóxicos e o descarte do resíduo desses produtos. Foi indicada, por algumas famílias, a existência de problemas de saúde no período de utilização do veneno (dores de cabeça e alergias, por exemplo). Além disso, a produção de frutas e flores também tem sido prejudicada.

O último grupo de capacitações identificou a perspectiva das famílias em relação ao futuro. Quanto à permanência dos filhos na propriedade, esta parece ser muito mais um desejo dos pais do que dos filhos. Muitas famílias estão dispostas, para a realização dos seus planos, a realizar novos financiamentos e sugerem que sejam criadas linhas de

financiamento para atividades específicas (como, por exemplo, a reforma e construção de moradias no meio rural).

Brevemente comentada a contextualização geral quanto aos grupos de capacitações é necessário agora indicar a influência do microcrédito na situação apresentada. É importante destacar que, no quinto grupo de capacitações, todas as famílias indicaram a influência do microcrédito para a realização de outros funcionamentos. Em média, foram indicados como influenciados pelo microcrédito 7,44 funcionamentos. As famílias com acesso ao Microsol indicaram a maior influência do microcrédito para a realização dos funcionamentos (9,29 em média de funcionamentos influenciados). Dessa forma, o microcrédito pode ser identificado como instrumento de desenvolvimento rural, uma vez que influi na realização de funcionamentos diversos. As famílias, em todas as matrizes, indicaram o Pronaf C – Custeio como essencial para a manutenção da família no meio rural.

Além de ser possível perceber a influência do microcrédito para a realização de diversos funcionamentos, é possível perceber que diferentes formas de acesso a esses recursos monetários ou a combinação de acesso a recursos têm influências diversas nos grupos de capacitações. A tabela 02 mostra o resultado obtido na aplicação dos questionários as famílias em Constantina/RS.

Tabela 02 Influência* do microcrédito nos grupos de capacitações

Grupo de capacitações	% das famílias da matriz que indicaram que o microcrédito influencia no grupo de capacitações			
	I – Pronaf C	II – Pronaf C e RS Rural	III – Microcrédito Sicredi	IV - Microsol
01) Características da unidade familiar	0,00	0,00	0,00	0,00
02) Sobrevivência	2,38	16,36	3,33	11,43
03) Liberdades políticas	16,67	27,27	5,56	42,86
04) Facilidades econômicas	38,89	40,91	36,11	40,48
05) Relação com o microcrédito	41,67	57,58	44,44	38,10
06) Oportunidades sociais	2,78	2,02	0,00	6,35
07) Garantias de transparência	8,33	27,27	16,67	42,86
08) Segurança protetora	0,00	0,00	5,56	4,76
09) Situação ambiental	0,00	29,65	12,50	33,33
10) Projetos e planos	41,67	36,36	17,86	52,38

* Influência declarada pelo entrevistado em questões específicas do questionário.

Fonte: Dados da pesquisa de campo realizada em abril e maio/2003.

As famílias da matriz IV, com acesso ao Microsol, apresentaram influência do microcrédito em todos os grupos de capacitações (com exceção do primeiro grupo em que o microcrédito não teve influência em nenhuma das matrizes). Nesta matriz foi percebida a maior contribuição do microcrédito para a realização dos funcionamentos propostos neste trabalho. Entretanto, as conclusões não permitem evidenciar que este é o melhor instrumento. É preciso sempre considerar a situação das famílias. O fato das famílias que compõem a matriz III, com acesso ao microcrédito através do Sicredi, não refletirem nas respostas uma influência do microcrédito tão expressiva, como nos outros casos, pode significar que neste grupo é preciso atentar para outras necessidades.

A influência apresentada pelas famílias com acesso ao Pronaf C e ao RS Rural demonstra a importância deste instrumento em situações que apresentam maior fragilidade estrutural. Ainda que a realização dos funcionamentos deva ser considerada como indo além do acesso a recursos, o trabalho evidencia a importância do acesso a recursos, especialmente recursos monetários e materiais, para a realização dos demais funcionamentos.

O grupo de capacitações identificado neste trabalho como situação ambiental reflete claramente como diferentes formas de operacionalização do microcrédito podem significar a ampliação da possibilidade de realização de funcionamentos. O grupo de famílias apenas com acesso ao Pronaf C não teve, através do microcrédito, possibilidade de melhorar sua situação ambiental, seja devido à falta acesso a educação ambiental ou à assistência técnica. Já as demais famílias demonstraram que a forma de acesso ao microcrédito contribuiu de forma decisiva para oportunizar institucionalmente o acesso

a informações, que foram essenciais para uma mudança quanto às ações produtivas e ações de proteção ambiental na propriedade e na região. Como sugestão, pode-se imaginar que é bastante importante associar o acesso a recursos monetários à educação ambiental, bem como à discussão sobre técnicas produtivas menos degradantes¹⁹.

Por fim, pode-se dizer que nas quatro matrizes identificadas é possível perceber que o acesso ao microcrédito pode ser considerado um instrumento de desenvolvimento rural. Entretanto, em cada conjunto de famílias, a situação delas e a percepção desta situação por parte das instituições que operacionalizam o microcrédito, determinaram situações diferenciadas com relação à influência do acesso a esse recurso para a realização dos funcionamentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há muitos caminhos na discussão de processos de desenvolvimento. É preciso cada vez mais tentar operacionalizar as concepções teóricas mais recentes, procurando refletir de forma mais adequada a embaraçada realidade social.

Ainda que várias sugestões de aperfeiçoamento possam ser feitas ao trabalho exposto, é preciso salientar a validade de pesquisas que tenham como objetivo compreender de forma mais integral o processo de desenvolvimento. Em Constantina/RS, foi possível perceber que o microcrédito ofertado às famílias ocupadas na atividade agrícola pode ser utilizado como um instrumento que integra os esforços implantação de processos de desenvolvimento. Nas quatro combinações descritas foi possível perceber a influência do microcrédito como um fator de expansão das capacitações das famílias. Além disso, foi possível evidenciar que famílias com acessos a formas diferenciadas de microcrédito apresentam distinta influência nos grupos de capacitações. Sobre o microcrédito em Constantina/RS ainda é preciso salientar que as quatro combinações apresentadas não encerram as formas de acesso a um pequeno montante de recursos monetários. No município existem, os já citados, pequenos comerciantes intermediários e o acesso a uma modalidade que, fosse o caso, poderia ser classificada como microcrédito, nas cooperativas de produção com a finalidade principal de aquisição de insumos e equipamentos.

¹⁹ Neste sentido, pode-se refletir ainda sobre como o acesso apenas aos recursos monetários e a falta de acesso à educação ambiental e à discussão de formas de produção menos degradantes podem inclusive incrementar e intensificar a utilização de agrotóxicos, por exemplo.

O objetivo da pesquisa apresentada não foi o de apresentar qualquer tipo de fórmula capaz de normatizar a noção associada ao processo de desenvolvimento. Procurou-se verificar que informações surgiriam na operacionalização de uma abordagem recente, como a abordagem seniana das capacitações, e evidenciar características desejáveis, em especial a da participação dos agentes sociais, que podem significar um elemento importante para a viabilização de políticas sociais, como o acesso ao microcrédito. Além disso, a análise procurou ressaltar que a simples agregação de médias, mesmo no caso dos funcionamentos pode representar uma simplificação excessiva de heterogênea realidade social que se está tentando compreender (mesmo um único município como é o caso neste trabalho).

Da mesma forma, é possível imaginar a variação dos resultados apresentados a partir da utilização de outras variáveis focais (as diferenças de grupos capacitários e da realização de funcionamentos num mesmo ambiente com relação a gênero; por exemplo) ou da aplicação dessa mesma variável focal – forma de acesso ao microcrédito – em outras regiões ou no ambiente urbano. Poder-se-ia esperar que num ambiente urbano, onde a produção de alimentos no núcleo familiar é quase inexistente, o microcrédito aparecesse como elemento fundamental para a manutenção do acesso aos alimentos.

Este trabalho apresentou apenas um enfoque bastante específico quanto à operacionalização da abordagem seniana. É preciso ampliar e testar esta possibilidade de percepção sobre o desenvolvimento nos mais diversos contextos.

É preciso alertar ainda que a discussão entre a ética e a economia e a necessidade de mudanças na concepção de alguns aspectos das Ciências Econômicas feita por Amartya Sen, apresenta-se, na verdade, de maneira bastante mais árdua do que foi tratada nesta breve discussão. Ela percorre o caminho de um denso debate filosófico que foi apenas tangenciado nesta introdução à teoria seniana.

Espera-se que neste breve artigo tenha sido possível chamar a atenção de pesquisadores e estudantes para uma abordagem sobre processos de desenvolvimento que vai além das variáveis econômicas.

REFERÊNCIAS:

GASPER, Des. **Is the Capability Approach an adequate basis for considering human development?** Disponível < [http: www.st-edmunds.cam.ac.uk/vhi/senprogram1 .html](http://www.st-edmunds.cam.ac.uk/vhi/senprogram1.html). Acesso em 03.jun.2002.

IBGE. **Censo Agropecuário 1995/1996**. Rio de Janeiro. 1998.

JENSEN, Hans E. **Amartya Sen as a Smithesquely Worldly Philosopher: Or Who Needs Sen When We Have Smith?** Disponível< <http://www.st-edmunds.cam.ac.uk/vhi/sen/papers/jensen.pdf>. Acesso em 03.jun. 2002.

KÜHN, Daniela D. **O microcrédito como instrumento de desenvolvimento rural no município de Constantina/RS**: A abordagem seniana de desenvolvimento. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2003.

NAVARRO, Zander. Desenvolvimento Rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Estudos Avançados**. V.16, n 44, 2002. São Paulo: USP, Instituto de Estudos Avançados.

SCHNEIDER, Sérgio; WAQUIL, Paulo. **Crítica Metodológica e Tipologia dos Municípios Gaúchos com Base em Indicadores Sócio-Econômicos**. Relatório de Consultoria Técnica. Relatório. 2000.

SEN, Amartya Kumar. **Capacidad y Bienestar**. Disponível< <http://www.eumed.net/cursecon/economistas/index.html>. Acesso em 11. jun. 2002

_____. O desenvolvimento como expansão das capacitações. **Lua Nova**. São Paulo, CEDEC, n 28, 1993.

_____. **O desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras. 2000.

_____. **Desigualdade Reexaminada**. Rio de Janeiro: Record. 2001.

_____. Sobre conceptos y medidas de pobreza. **Comércio Exterior**. V. 42; n 4. México. Abril de 1992.

_____. **Sobre ética e economia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999

YUNUS, Muhammad. **O Banqueiro dos Pobres**. São Paulo: Editora Ática. 2000.